

# REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA – A CARTA DE BELO HORIZONTE

ALFREDO GOMES FARIA JUNIOR

Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
E-mail: fariajor@npoint.com.br

## RESUMO

*O objetivo do artigo é apresentar uma análise da Carta de Belo Horizonte, que faz reflexões e sugestões sobre a educação física brasileira no fim da ditadura militar. Nele são analisados o contexto social, econômico, político e educacional da época e o conteúdo da carta, o que permitiu chegar às seguintes conclusões. A carta não teve um caráter de manifesto produzido por algum grupo. Ela faz uma bem-sucedida avaliação da educação física da época, com suas contradições, avanços e retrocessos, retrata o embate entre os defensores da escola pública e os privatistas, e a luta pela organização política dos professores, girando entre a adesão às Apefs e ao movimento sindical.*

*PALAVRAS-CHAVE: Associacionismo; educação física; história; política; privatização.*

O objetivo deste artigo é apresentar um estudo da *Carta de Belo Horizonte*, que engloba uma contextualização de época, uma análise de seu conteúdo e algumas inferências sobre sua importância e repercussão no âmbito acadêmico da educação física brasileira.

Uma análise mais acurada da *Carta de Belo Horizonte* só parece factível levando-se em consideração o quadro político-econômico da época, além do contexto próprio da educação física.

O quadro geral da época provocava nas pessoas uma ambivalência de sentimentos. De um lado, de euforia, com a percepção de que a ditadura militar, finalmente, estava se aproximando do seu fim político. Assim, no âmbito político, em 10 de fevereiro de 1980, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT) e, nas eleições de 1982, mesmo com o pluripartidarismo reinstaurado para dividir os oponentes da ditadura, a oposição conquistou dez governos estaduais. No ano seguinte, em março, Dante de Oliveira, deputado estreado, apresentou emenda constitucional para restabelecer as eleições diretas para presidente da República. A isto se seguiram manifestações populares pelas Diretas-Já, inicialmente de forma tímida, mas que, depois da união dos partidos de esquerda PCB, PC do B, PT, PSB, PDT e o PMDB, tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro, reuniram milhões de pessoas. Entretanto, em 25 de abril, com a derrota da emenda, foi o sentimento de frustração que tomou conta de todos nós.

Além disto, a situação econômica agravava o quadro político, tendo Delfim Neto, Ernani Galvêas e Carlos Langoni ido a New York comunicar aos banqueiros internacionais que o país estava quebrado. Observava-se, também, que o processo de construção hegemônica do neoliberalismo procurava impor-se por meio de reformas nos planos econômico, político, jurídico, educacional e desportivo e de estratégias destinadas a construir novos significados sociais a partir dos quais procurava legitimar as reformas propostas. Em síntese, o neoliberalismo já começava a se apresentar como uma nova solução, senão a única, para enfrentar os problemas socioeconômicos.

A euforia também vinha da reorganização dos trabalhadores em torno do movimento sindical. O fato mais representativo foi a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em agosto de 1983, na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em São Bernardo do Campo. No ano seguinte a CUT realizou seu primeiro congresso e o ascenso do movimento sindical continuou. Neste mesmo ano, teve lugar no Rio a reunião do bureau da Internacional Socialista.

Maria da Conceição Tavares (1999), sobre a década de 1980, resume que, apesar da crise econômica, esta não foi uma década politicamente perdida. "Nela

tiveram lugar o avanço dos movimentos sociais, a organização da Contag e da CUT, a fundação do PT e as lutas pelas diretas e pela Constituição” (p. 2).

Na educação, por um lado, viviam-se as expectativas da regulamentação da Emenda Calmon, que restaurava a vinculação orçamentária pré-fixada (13% para a União e 25% para estados e municípios), e os preparativos para a organização da III Conferência Brasileira de Educação (CBE), que se realizaria em outubro de 1984, em Niterói. Por outro, o país assistia à continuação da avassaladora expansão do ensino privado e as tentativas de privatizar a universidade pública, começando por transformar o regime jurídico das universidades federais mais antigas, de autarquias em fundações.

Na educação física, a propaganda e o discurso oficial alardeavam que o “regime militar” atribuía grande importância à área. Argumentavam que na reforma administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Divisão de Educação Física (DEF) foi elevada, em 1970, à categoria de Departamento de Educação Física e Desportos (DED) e, em 1978, à de Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). Entretanto, como já denunciei, ao contrário do discurso oficial ufanista, essa importância não era tão grande, como se podia inferir das previsões orçamentárias do MEC para 1984, em que “apenas 0,65% era alocado para a educação física e os desportos” (Faria Junior, 1987, p. 62).

A pós-graduação já se encontrava instalada na área e a pesquisa começava, de forma incipiente, a se desenvolver. E, embora desde 1980 os estudantes tivessem dado mostras de estar se reorganizando, realizando três encontros nacionais de estudantes de educação física (Eneefs), somente a partir de 1983 esses encontros se consolidaram e foram estruturados em torno de temas centrais, por exemplo – Educação física na sociedade, em Juiz de Fora (1983) e Educação física ou a arte de adestrar seres humanos?, em Florianópolis (1984).

No início da década, o modelo de desenvolvimento da educação física brasileira já era abertamente criticado sob a “ótica do direito de oportunidades”, uma vez que inúmeros segmentos de nossa população – negros, mulheres, portadores de deficiências, crianças, jovens, adultos e idosos, sobretudo da classe trabalhadora –, a “ele não tem [tinham] acesso, encontrando-se por isto marginalizados” (Faria Junior em Costa, 1981, p. 317-319). Sobre a questão, Vitor Marinho de Oliveira (1994) coloca: “a educação física brasileira deu um salto qualitativo não somente em relação à sua prática, mas também quanto aos seus pressupostos teóricos, dialeticamente produzidos e responsáveis pela superação dessa prática” (p. 17).

Na época, a maior crítica na área acadêmica, de alunos e professores, concentrava-se prioritariamente na questão da desatualização e defasagem dos currículos dos cursos de graduação. Os privatistas esmeravam-se em apresentar pes-

quisas enviesadas e sem representatividade amostral para argumentar que a atuação preferencial do professor de educação física não era mais a escola. O jargão capitalista dos economistas já fora por eles assimilado, com o uso de termos como análise ocupacional, clientela, consumidores, empregadores, mão-de-obra especializada, mercado, perfil profissiográfico etc. A corrente privatista, que já lutava pela transformação da educação física em uma “profissão liberal”, adotara a estratégia da fragmentação da profissão, na época travestida de “habilitações”.

Parece importante fazer aqui duas ressalvas. Primeiro, abordar este tema não significa uma tentativa de fazer reviver as discussões sobre a questão do ensino público, em confronto com o ensino privado que, na segunda metade dos anos de 1950, assumiu suas maiores proporções, atingindo amplos setores da sociedade (Buffa, 1979). A intenção é alertar para algumas dimensões menos evidentes do processo de privatização que o neoliberalismo começava a implementar no setor educacional brasileiro em geral, e no da educação física em especial. A segunda refere-se ao entendimento que o termo privatizar está tendo neste texto, em sentido amplo, significando delegar responsabilidades públicas para organizações ou entidades privadas, grupos e indivíduos (Donahue, 1992).

Como reação, no seminário sobre currículo mínimo para os cursos de graduação em educação física, realizado em Curitiba, o grupo defensor do ensino público tirou proposições em favor da extinção do currículo mínimo, e em prol do perfil do professor generalista, formado sob uma perspectiva humanista, possuidor de licenciatura plena, grau universitário que daria ao portador a faculdade de atuar tanto em sistemas formais de educação (em todos os níveis ou graus de ensino) quanto em sistemas não formais de educação (academias e instituições afins, clubes e associações, e em programas, projetos, campanhas e eventos). Entendíamos, na época, que “a divisão do saber e o confinamento dos especialistas nas suas próprias áreas de conhecimento constituem postulados – conscientes ou não – de qualquer regime conservantista” (Mendes, 1974, p. 488). Estas posições aparecem claramente manifestadas na *Carta de Belo Horizonte*, quando fala sobre a formação do professor de educação física.

No âmbito profissional, reconhecia-se no documento que os profissionais não estavam organizados para a reivindicação dos seus direitos e procurava-se organizar politicamente a área. As vias então vislumbradas eram a do fortalecimento das Associações de Professores de Educação Física (Apefs) e a de sua aglutinação em torno da Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (FBAPEF). Parece importante destacar aqui que a maioria das lideranças da época era integrada por professores que estavam vinculados, de forma exclusiva ou não, às redes públicas de educação. Gostaria ainda de lembrar que o Colégio

Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) não tinha a representatividade e o peso político que, mais recentemente, passou a ter.

Em nossas discussões, chegou-se a pensar como alternativa vincular essa tentativa de organização política da área ao movimento sindical. Entretanto, como foi argumentado na época, no Brasil, desde 1931, os professores das redes públicas de ensino, bem como todo o funcionalismo público, estavam impedidos de se sindicalizar, sendo permitido apenas que se reunissem em “associações”. E isto foi feito na área da educação física, com a criação, em 1935, da primeira associação desse gênero, a Associação de Professores de Educação Física de São Paulo – Apef-SP (Marinho, 1943, p. 327).

Os exemplos bem-sucedidos de outros setores da educação também nos motivaram a apoiar o movimento em torno das APEFs. Por exemplo, as associações criadas por professores da rede pública estavam, com o passar do tempo, “adquirindo caráter de entidades sindicais”. Essas associações organizavam-se “tendo como base territorial determinado sistema de ensino (estadual ou municipal)”... Os professores da rede pública tinham avançado muito “na construção de um sindicalismo independente e de massas, sendo comum a realização de passeatas e assembléias com muitos milhares de pessoas” (Oliveira em Fischmann, 1987, p. 157). Finalmente, não se pode deixar de mencionar que, no contexto da época, o reforço e a aglutinação em torno das Apefs eram importantes elementos na organização política da categoria.

Neste período, chegou a ser realizado um encontro, em Mogi das Cruzes, que contou com o patrocínio da SEED/MEC (Eustáquia Salvadora de Souza, comunicação pessoal, 2001). Embora não se tenha nenhuma comprovação, pode-se pensar que esse apoio oficial era devido à crença de que seria menos ameaçadora a aglutinação em torno das Apefs, que não tinham uma tradição de luta política, do que a criação de outro tipo de associação que seria uma incógnita do ponto de vista político.

Outra interpretação plausível, e para mim mais aceitável, é que o grupo privatista, contando com o apoio oficial, estava buscando se apropriar daquele movimento de organização política para levar avante o processo de transformação da educação física em uma profissão liberal. Assim, no Encontro de Mogi das Cruzes, os privatistas retomaram a agenda traçada em Brasília, em 1982, no encontro de diretores de escolas de educação física lá realizado. Uma evidência importante que pode contribuir para sustentar essa idéia é a presença e destacada participação nesses eventos de Inezil Pena Marinho, que, desde 1946, propagava, mesmo sem lograr êxito, “a criação, para os Professores de Educação Física, de sua Ordem ou Conselho” (Steinhilber, 1996, p. 75).

Cabe ainda destacar que em abril de 1984 o grupo privatista havia conseguido tirar em Tramandaí, no 10º Congresso Latino-Americano de Educação Física, Desporto e Recreação e 10º Encontro Nacional de Professores de Educação Física, moção visando providências para “delimitar o campo de trabalho do Professor de Educação Física, reconhecer a profissão, elaborar o código de ética e criar os Conselhos Federal e Regional” (idem, p. 77).

Poder-se-ia especular, portanto, se a Carta de Belo Horizonte estaria sendo esperada como um autêntico manifesto da posição desse grupo. Se assim foi, o resultado foi oposto ao esperado, pois a carta reforça a tendência de aglutinação em torno das APEFs e aventa a possibilidade da mobilização em torno do movimento sindical.

Foi neste contexto que doze experientes professores de educação física, líderes em várias áreas da educação física, com várias tendências político-ideológicas, alguns defensores da universidade pública e gratuita, outros privatistas, escolhidos por dirigentes da FBAPEF e Apefs, receberam a incumbência de elaborar, em julho de 1984, a Carta de Belo Horizonte. A confecção da carta durante a realização do II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos foi a estratégia encontrada para a obtenção de recursos da SEED, para pagamento de passagens aéreas e hospedagem dos signatários do documento, intermediada pelo professor Inezil Penna Marinho. Nesse congresso, em que vários presidentes das Apefs, como Jorge Steinhilber (Apef/RJ), estiveram presentes, Marinho pronunciou conferência na qual propôs os nomes de “cineantropólogo”, “antropocinesiólogo” e “antropocineólogo” em substituição à expressão professor de educação física que, por ser adjetivada, estava impedindo a regulamentação da profissão.

De qualquer forma, em nenhum momento os signatários sofreram algum tipo de pressão ou receberam alguma orientação ou sugestão para discutir a questão da transformação da educação física em profissão liberal e seus desdobramentos. As contradições do texto representam as contradições ideológicas encontradas na época e que marcavam o pensamento dos signatários.

Historicamente, “cartas” e “manifestos” são expressões de alguma vanguarda ou movimento organizador de uma nova ordem, em curso ou pretendida. Geralmente eles expõem sinteticamente os pontos essenciais da nova ideologia (ou da contra-ideologia), com o objetivo de ganhar adeptos, despertar simpatias ou influenciar politicamente. As cartas e manifestos podem também ser uma forma de protestar contra alguém, ou alguma coisa, preparada por um grupo insatisfeito.

A *Carta de Belo Horizonte* não era expressão de nenhum movimento na educação física e talvez por isto tenha tido pouca repercussão entre os professores

e administradores da educação física. Sua importância só foi reconhecida na esfera acadêmica, chegando a ser reproduzida no *Homo sportivus*, discutida em cursos de graduação e pós-graduação, e alvo de referências em vários livros, monografias, teses e dissertações. O texto da carta é uma bem-sucedida avaliação transversal da educação física tal como ela se apresentava em meados dos anos 80, do século passado, com suas contradições, avanços e retrocessos. Ou, como o próprio subtítulo explicita, a carta reúne reflexões sobre a educação física em um importante momento da nossa história. Hoje, qualquer pesquisador interessado em estudar a evolução da educação física no Brasil, principalmente no período que precedeu a transição democrática, não pode prescindir de consultá-la.

Evidentemente, qualquer análise do conteúdo da *Carta de Belo Horizonte* mostrará que, apesar da tentativa de seus signatários de fundamentá-la em uma matriz teórica, ela contém elementos contraditórios que, no seu nível latente, dão margem a diversas interpretações.

A perspectiva culturalista foi escolhida como matriz teórica por ter um amplo *spectrum* que permitiria abrigar até as posições neomarxistas compartilhadas por alguns signatários. Foram então identificados os treze pontos que seriam abordados: o direito à educação física; educação física, educação e cultura; educação física e ética profissional; educação física e suas relações com o Estado; educação física e ensino; o professor de educação física e o exercício da profissão; formação do professor de educação física; mobilização e associativismo em educação física; pós-graduação em educação física; pesquisa em educação física; informação e documentação em educação física; educação física e a iniciativa privada e cooperação e intercâmbio internacionais em educação física.

Acertou-se que, em favor da viabilização da tarefa, deveria haver uma negociação entre os representantes das diferentes tendências e matizes político-ideológicos e, em caso de impossibilidade, prevaleceria a redação escolhida por maioria absoluta, o que não evitou que integrantes da comissão tivessem, em alguns momentos, se envolvido em uma verdadeira “guerra de palavras”.

O clima de “estado de exceção” que caracterizava o período, não conseguiu influenciar na redação do texto. O conteúdo da carta, em vários pontos, denunciava coisas como a que o Estado impunha à educação física, “um sistema que tende [tendia] a reproduzir o momento histórico que contraria [contrariava] as aspirações da sociedade”, e que “o poder decisório e os cargos de chefia da educação física têm sido entregues, cada vez mais, a pessoas sem formação universitária em educação física (militares, ... políticos ... sociólogos ...)”. Como era de praxe nos trabalhos realizados com apoio da SEED, o “produto final” foi lido para seu diretor, que nada opôs ou sugeriu, tendo o documento sido publi-

cado na íntegra, sem cortes ou censura, pela Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo, cujo titular era o deputado federal Leopoldo Bessone, do Governo Hélio Garcia, do estado de Minas Gerais. Desta forma, pessoalmente rejeito qualquer interpretação que sugira que a elaboração da *Carta de Belo Horizonte* foi uma manipulação do regime militar por intermédio da SEED/MEC. Neste sentido, seis outros signatários que consultei antes de escrever este artigo concordam com essa posição.

Muitas sugestões contidas na carta parecem ter sido acatadas, pois hoje as vemos amplamente concretizadas. Um bom exemplo é o da ampliação do intercâmbio internacional pelo "movimento dos países de língua portuguesa na área da educação física e das ciências do desporto", com seus oito congressos já realizados e um amplo intercâmbio na qualificação de professores. No que concerne à formação e documentação, destacam-se a criação do Sistema Brasileiro de Informação e Documentação (Sibradid) e do Centro Esportivo Virtual (CEV). Confirmaram-se também o desenvolvimento da pesquisa, a expansão e o aprimoramento qualitativo da pós-graduação e uma maior representatividade estudantil. Em outros campos, avanços não são tão visíveis, como a ampliação do acesso à educação física aos grupos excluídos, investimentos na educação física na escola pública, aplicação de recursos em infra-estrutura desportiva para uso da população em geral, formação generalista unicamente em licenciatura plena, criação de mecanismos de controle dos interesses das empresas privadas (e sua preocupação única com os lucros), controle da administração da educação física e dos desportos por profissionais da área.

Em minha interpretação, o conteúdo da *Carta de Belo Horizonte* retrata bem como os embates entre os defensores da escola pública e os privatistas se particularizavam no âmbito da educação física.

De um lado, a carta denunciava a alienação da educação física, sua falta de autenticidade e seu autoritarismo; sua relação histórica com os interesses e as ideologias dos grupos dominantes instalados no poder; o uso da violência simbólica como instrumento dissimulador das desigualdades sociais; a existência de processos discriminatórios; a presença de militares, como categoria profissional, atuando na área com amparo de uma legislação da época do Estado Novo; a mercantilização do ensino superior, nos cursos de formação de professores; o emprego de uma didática condicionante, que impedia a criatividade; a crescente participação de empresas privadas com finalidade lucrativa; o atraso no setor da informação e documentação e o isolamento internacional da área. A carta sugeria para a educação física ações políticas voltadas para o desenvolvimento da consciência crítica da população, preconizava a mobilização comunitária, defendia o

comprometimento com a transformação social e com a construção de uma nova sociedade.

De outro, ao fazer uma digressão sobre os investimentos dos recursos públicos (nos níveis federal, estadual e municipal) a carta fala em prioridade, e não em exclusividade, de alocação desses investimentos na melhoria da educação física na escola pública, gratuita. Com isto, implicitamente, a carta admitia a alocação de recursos públicos para a escola particular, estimulando a ação dos privatistas. A carta reconhecia também a crescente participação da empresa privada em segmentos da educação física, por meio de produtos, serviços e exploração publicitária. E admitia que esses investimentos, em princípio, eram propostos com fins lucrativos, a partir do exclusivo interesse das empresas. Contra essa perspectiva, o documento propunha mecanismos de auto-regulação que deveriam ser acompanhados por organismos de classe da educação física e sindicatos, para equilibrar os interesses das empresas privadas com a necessária finalidade educativa e social dos investimentos.

Finalmente, não se pode negar que a carta continha indícios da presença do ideário do movimento, destinado a privatizar o campo de atuação da educação física, a formação do professor de educação física e a transformar a educação física em uma profissão liberal. Isto estava, evidentemente, integrado perfeitamente ao complexo processo em curso, de construção hegemônica do neoliberalismo, e às transformações da educação física e do desporto, sob a égide do capitalismo, como quando trata da “educação física e suas relações com o Estado”, em que os defensores do ensino público defendiam que os recursos dos poderes públicos fossem “unicamente” investidos na melhoria da educação física na escola pública, gratuita. Em votação, os privatistas venceram e substituíram a palavra “unicamente”, por “prioritariamente”.

Hoje já se tem certeza de que os esforços privatistas foram concentrados em quatro estratégias: apoiar o aumento sempre crescente do número de cursos e escolas privadas de formação de professores de educação física; criar os cursos de bacharelato em educação física; propor tentativas de mudanças curriculares, via legislação, e regulamentar a profissão desenvolvendo seus corolários – criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física e de mais um código de ética profissional.

Na carta, introduziu-se, não sem muita discussão, um tema grato aos que lutavam pela transformação da educação física em uma profissão liberal – a “ética profissional”. Nela, também, ressaltou-se a inexistência de um código de ética profissional e sugeriu-se que se criassem meios para regular as relações entre os profissionais e a sociedade com base em um código de ética. De nada adiantaram

os argumentos que os códigos de ética são instrumentos de poder e de defesa de monopólios; que são usados como fator de coerção profissional exercendo censura prévia e impedindo a divulgação de idéias novas; que ajudam a manter julgamentos de erros profissionais em sigilo, no âmbito restrito do segmento profissional. Foi lembrado ainda que os primeiros códigos de ética brasileiros surgiram nos tempos fascistas do Estado Novo, com a denominação de “códigos disciplinares”, como o denominado “Obrigações do Professor de Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário” (Marinho, 1941, p. 85-90).

Posteriormente, a argumentação da intermediação ética entre os profissionais e a sociedade foi usada pelos privatistas, que alegaram que a “defesa da sociedade” era “uma das justificativas para a criação do Conselho dos Profissionais de Educação Física” (Steinhilber, 1996, p. 82).

A regulamentação da profissão, aprovada pelo Congresso Nacional, baseou-se em um projeto “desatualizado teoricamente, carecendo de aprofundamento em seu embasamento e que, fundamentalmente, mantém relações de hegemonia em torno da visão de mundo funcionalista em que se apóia”, inspirado “em grupos estáveis e modelos de profissões liberais” e, portanto, fundamentado em “idéias funcionalistas de profissão” (Faria Junior, Cunha Junior, Nozaki, Melo, 1996, p. 267). A regulamentação integra o processo de privatização e faz parte do modelo mais amplo de reestruturação da vida econômica, política, jurídica e cultural das sociedades capitalistas contemporâneas, que pressupõe o desmantelamento do Estado como agência produtora de bens e serviços e como aparelho institucional orientado a garantir e promover a plena cidadania.

Análises mais recentes mostram que a primeira geração de bacharéis, inicialmente fascinados pelos argumentos dos discursos da globalização e do neoliberalismo, cedo começou a reconhecer o logro em que se viu envolvida. Percebeu logo que o mercado não tem tanto poder de expansão e de geração de empregos; que a competitividade, mediante a substituição da força de trabalho por equipamentos cada vez mais sofisticados tecnologicamente, tem provocado desemprego; que o ideal de profissional liberal acenado pelo discurso da regulamentação da profissão, está longe de ser alcançado, restando apenas postos de trabalho em clubes e academias com salários aviltados por determinação dos patrões, detentores do capital; e que o sonho de ser um micro ou pequeno empresário, dono de seus próprios negócios, está cada vez mais longe de ser alcançado (Faria Junior, 1987).

À guisa de conclusão, uma última inferência que faço é que a *Carta de Belo Horizonte* teve como ponto fulcral a preocupação com a organização política da área, por meio da mobilização do professorado e da opção pelo associativismo,

uma vez que a maior parte dos tópicos trata desse tema. Entretanto, a carta mostra uma natural indefinição quanto ao modelo a adotar na organização política do professorado, pois tanto se refere a associações de professores quanto aos sindicatos. E, em outros pontos, fala genericamente em organismos de classe mas, definitivamente, em nenhum ponto advoga a transformação da educação física em profissão liberal, em regulamentação da profissão, em criação de “ordens” ou “conselhos profissionais”, que, mediante seu “poder de polícia”, garantiria uma reserva de mercado, impedindo, por força de lei, que pessoas não qualificadas exerçam a profissão” (Steinhilber, 1996, p. 106).

O fracasso da regulamentação da profissão é hoje amplamente reconhecido. Apesar do longo período que levaram para constituir os conselhos, foi necessário tornar alguns regionais, unindo profissionais de mais de um estado, devido à pequena adesão à regulamentação. Hoje, o número de profissionais registrados em todos os conselhos é inferior ao número de formandos anuais nos mais de 200 cursos e escolas de educação física existentes no país. A decepção também veio pelas promessas não cumpridas, como as que se lêem nas questões e respostas coletadas por Steinhilber em palestras e conferências. Uma delas refere-se à regulamentação da profissão como forma de evitar o risco que profissionais fossem “treinados” em cursos de alguns meses (idem, p. 124), o que hoje é feito pelo Conselho Regional de Educação Física do Paraná para qualificar leigos.

De minha parte, continuo defendendo a idéia de que as profissões são socialmente construídas e que a visão conservadora da profissão (liberal) tem dificultado ao professor de educação física reconhecer-se como trabalhador assalariado e participar de ações integradas de solidariedade com outros trabalhadores da cidade e do campo.

An overview of the Brazilian physical education in the mid 80's:  
The declaration of Belo Horizonte

*ABSTRACT: The aim of this article is to present an overview of the Brazilian physical education over the last years of the military dictatorship. The social, economic, political and educational contexts were considered. A content analysis of that paper was used and the results are: the document was not a manifesto of a particular group; it was an excellent assessment of the Brazilian Physical Education (PE) in the mid 80's; it shows the struggle between people against and for the privatization of the Brazilian educational system, and it argues about teachers' political organization around the PE Teachers' Associations and the Teachers' Union.*

*KEYWORDS: Associationship; physical education; history; politics; privatization.*

(continua)

(continuação)

La carta de Belo Horizonte: El panorama de la educación física brasileña en el inicio de los años 80

*RESUMEN: El objetivo de este artículo es presentar un análisis de la Carta de Belo Horizonte sobre la educación física brasileña en los últimos años de la dictadura militar. Un análisis de contenido fue empleado y los resultados fueron: la declaración no es un manifiesto sino una bien sucedida evaluación de la educación física en el inicio de los años 80; muestra la lucha entre los defensores de la educación pública e los adeptos de su privatización; el tema central del documento es el asociacionismo como forma de organización política de los maestros.*

*PALABRAS CLAVE: Asociacionismo; educación física; historia; políticas; privatización.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUFFA, E. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

DONAHUE, J. *Privatização. Fins públicos, meios privados*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

FARIA JUNIOR, A. G. de. Modelo alternativo para a educação física brasileira. In: COSTA, L. P. da. *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestra, 1981.

FARIA JUNIOR, A. G. de. *Trends of research in Physical Education in England, Wales and Brazil (1975 – 1984)*. A comparative study. Post-doctoral final report. London: University of London Institute of Education, 1987.

FARIA JUNIOR, A. G.; CUNHA JUNIOR, C. F. F. da; NOZAKI, H. T.; MELO, V. A. de. O velho problema da regulamentação – contribuições críticas à sua discussão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 266-272, maio 1996.

FBAPEF / APEFMIG. *Carta de Belo Horizonte*. Reflexões sobre a educação física brasileira. Belo Horizonte: SELT/MG, 1984.

MARINHO, I. P. Obrigações do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. *Boletim de Educação Física*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 85-90, jun. 1941.

MARINHO, I. P. *Contribuição para a história da educação física no Brasil*. Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MENDES, D. T. Indicações para uma política de pesquisa da educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 136, n. 69, p. 481-495, 1974.

OLIVEIRA, R. P. de. Professorado e sindicato: do sacerdote ao trabalhador assalariado. In: FISCHMANN, R. (org.). *Escola brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987.

OLIVEIRA, V. M. de. *Consenso e conflito da educação física brasileira*. Campinas: Papyrus, 1994.

STEINHILBER, J. *Profissional de educação física ... existe?* Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

TAVARES, M. C. A transição democrática 20 anos depois. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 ago. 1999. Dinheiro, p. 2.